

**O Presente português e a hipocrisia dos comuns:
anotações sobre Portugal e a UE**

Jaylson Graça

Degree in International Relations

Winner of the first "Call for papers" of State Building and Fragility Monitor

- Abstract

Portugal, um dos países mais antigos do mundo, atravessa nos prelúdios do século XXI uma situação económica, social e política complicada. A par de Portugal, outros parceiros europeus (Grécia; Itália; Irlanda) atravessam este período de estagnação e dificuldades, e apesar de pertencerem a União Europeia, vêm da mesma cada vez mais exigências e menos ajuda. Onde o norte abruptamente descola-se do sul, explorando-o.

1- Introdução

É no tom de análise que surgem estas pequenas e ligeiras anotações sobre o presente português e europeu, pois com certeza, a génese da matéria aqui comentada, por si só, fornece material mais do que suficiente para um trabalho mais extenso. Denotemos que o principal objectivo do tema e da pesquisa realizada por mim, é analisar e principalmente construtivamente criticar, certos aspectos do presente português e europeu, que têm vindo a ser descurados pelo público em geral.

Assim, analisaremos a situação sistémica do *spill-over* europeu, fortemente travado pelo *crash* económico mundial em 2008 e que rapidamente pôs diversos países europeus, como Portugal, numa profunda crise económica. Passados 6 anos, o presente português e europeu, perpetua-se na contínua discrepância entre os

países da organização supranacional, onde não existem amigos, mas sim interesses. Com isto, analisaremos a crise portuguesa e principalmente, a crise europeia. Pois, o discurso se torna em hipocrisia, quando abertamente assistimos as elites políticas da União, pautarem um senso de igualdade entre os pares, numa acção de causa e efeito, erradamente descrita e conseqüentemente penosa para os mais débeis num contínuo *bandwagoning*. (Walt, 2000)

No século da informação, a Economia fortalece o seu papel para o planeamento e a concretização da Política, tornando-se em variadas situações, superior a mesma, algo que os credores internacionais, reunidos em *troika*, por exemplo, nos mostrou nos anos de pouca soberania portuguesa, grega e até irlandesa!

2- Portugal: o presente português

O pequeno condado Portucalense é hoje um país com uma enorme história. Portugal, com 10 milhões de habitantes e uma área de 92.000 km², é, segundo o artigo 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP) "um Estado de direito Democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência dos poderes que visa a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa".

Portugal é um país importante no Mundo. Essa mesma importância pode não estar decalcada na sua economia, mas não deve ser esquecida, a sua importância cultural e histórica, sendo o português a 5ª língua mais falada do mundo. Portugal faz parte das organizações internacionais mais importantes do nosso planeta, detendo uma capacidade inigualável de comunicar com todos os povos ao longo da

história. De todas estas organizações são sem dúvidas as Comunidades Europeias que representaram a integração portuguesa na Política Internacional. Passados 8 longos anos de difíceis negociações, o país finalmente assina em 1985, em conjunto com a Espanha, o vínculo da CEE com o principal objectivo de abrir novos horizontes, consolidando assim uma fraca democracia e dando mais oportunidades de negócios e novos investimentos no país. Com a CEE as exportações portuguesas estavam no mesmo nível que as espanholas e a disparidade cambial do Escudo (Abreu, 2001), face as restantes moedas internacionais, seria estabilizada. Temos também a livre circulação de pessoas e bens por todo o espaço Europeu, o que possibilita uma maior exportação e conseqüente emigração por parte dos portugueses, e de imigração para Portugal, sendo o país uma porta de entrada da Europa. (Baganha, 2001). A agricultura e a pesca passariam a ter medidas mais restritivas, por intermédio da PAC (uma política construída, em 1962, na governação Gaullista, com base nos interesses nacionais franceses e aceite e integrada no projecto europeu a fim de recuperar o apoio francês) com a existência de subsídios que, em vez de aumentar, vieram a diminuir a capacidade agrícola do país perpetuando-o a importação junto dos parceiros europeus. «Entre 1986 e 2011, Portugal recebeu 80,9 mil milhões de euros em fundos estruturais e de coesão, o que corresponde a nove milhões de euros por dia injetados por Bruxelas no País» (Diário de Notícias, 2013) que, serviriam para a modernização de infra-estruturas públicas e diversos outros investimentos, mas que culminariam numa gestão desastrosa. Esta mesma gestão penosa é a génese do pedido de assistência externa feito em 2010 e no contínuo efeito *lock-in* da soberania do país e visível dificuldade de consolidar, de devida forma, com isto, a sua economia e democracia.

No ano de 2014 o país atravessa uma das mais graves crises económicas da sua história e conseqüentemente, uma das piores crises financeiras, sociais,

culturais e políticas. O desemprego continua a ser o grande flagelo português, em 2013 representou 16,5% da população activa, sem esquecer o contínuo envelhecimento (20 % da população). Isto quebra o país, que continua a propiciar um *brain drain* dos seus mais bem formados quadros e a destruir a educação dos seus jovens. Se é a educação a semente de uma flor, o país nasce murcho. Neste mesmo ano terminou o Programa de Assistência Externa, onde durante 3 longos anos, a *Troika* foi a entidade soberana em Portugal, tendo sido o país um simples pagante dos credores internacionais. Num panorama ainda mais agravante, a União não consegue ajudar Portugal em todas as suas necessidades e o reaproximar com os antigos domínios ultramarinos, com a formação da CPLP, não tem sido suficiente para um cenário melhor, pois não existe uma estratégia e com ela, uma análise sobre o conteúdo [europeísmo (da Cruz, 1992), atlantismo]. É verdade que as exportações aumentaram significativamente nos últimos anos e que o Turismo perpetua-se como o principal rendimento do nosso país, não tendo o mesmo capacidades para investir, estando todos os sectores de actividade portuguesas estagnados nos seus moldes, nos seus débeis factores de produção e na contínua falta de motivação dos seus trabalhadores.

O presente português é preocupante. O país deve organizar uma estratégia clara e efectiva face aos desafios do presente e aos do futuro, deter uma visão. Se em 1985 desejávamos abrir os horizontes, hoje os mesmos estão cada vez mais fechados, o português não sabe o que é a União, o que ela faz por si ou de que forma o país influencia a mesma organização. Não deveríamos estratificar (cogitar) uma estratégia com vista a possível saída da União, numa óptica, onde preferencialmente se analisa todas as possibilidades disponíveis e só após essa análise se delibera sobre qual a estratégia a tomar? Principalmente quando cada vez mais se houve vozes a proclamar a saída de Portugal da zona euro e até mesmo da União? Claro que sim, não faze-lo seria um tremendo erro! Não adjudicar que

esta organização supranacional é limitada e não compreendendo a conjuntura, a Política Externa Portuguesa perderá o seu rumo, de vez.

3- A União Europeia: o presente europeu

O velho continente, sempre assolado por guerras e destruição, viu o seu último grande conflito, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a tomar, tal como a anterior, um carácter universal, devido ao sistema de alianças, e a uma destruição massiva do território. Naquele tempo, os europeus tiveram a necessidade de recomeçar todo um trabalho outrora construído. Esta guerra perdida pela Alemanha nazi também teve grandes custos para os vencedores, nomeadamente para a França e o Reino Unido, dois eternos poderes europeus, na concubina tarefa de reestabelecer a sua posição num tabuleiro geopolítico comandado pela URSS a leste, e pelos EUA no ocidente. Ora ciente da divisão antagónica entre os dois polos Winston Churchill incita a criação dos Estados Unidos da Europa, com o objectivo de "reconstituir a família europeia ou, pelo menos, a parte que nos for possível reconstituir e assegurar-lhe uma estrutura que lhe permita viver em paz, segurança e liberdade". (Comissão Europeia, 2013) Assim e aproveitando a criação da RFA, a França, pelas mãos de Robert Schuman incita a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em conjunto com a Alemanha, (inicialmente, deixando a porta aberta ao projecto, ao qual a Itália e os países do Benelux acabaram por entrar) a Itália e o Benelux, com o principal objectivo de coordenar em conjunto os principais elementos para o fabrico de armamento e assim prevenir a guerra. Firma-se em Paris no ano de 1951 a primeira Comunidade Europeia, o único Tratado que teve vigência temporal, designadamente 50 anos, que serviu de alavanca ao Projecto Europeu, culminando na actual União Europeia (UE). (Dinan, 1999)

A vertente democrática do Projecto Europeu é um dado adquirido e não inato. O presente da maioria dos países europeus foi pensado por uma elite que,

deliberadamente, afirmou que tal projecto teria de ser feito à margem das massas através de um processo de *spill-over* que colocaria o Estado numa condição de *lock in*. A vontade dos povos elevou-se e o projecto abrandou. Em 2004 a Constituição da UE não foi ratificada pela França e pela Holanda por via de referendo. Não podemos, porém, depreender que a paragem do processo esteja sempre relativo à vontade popular, tendo a título de exemplo a não ratificação, a Agosto de 1954, da Comunidade Europeia de Defesa pela França de Gaulle devido ao seu receio de rearmar a Alemanha, tendo o assunto de defesa sido remetido a tabu até ao Tratado de Maastricht de 1992, ao abrigo do 2º pilar: Política Externa e Defesa Comum. Esta matéria de segurança ainda hoje não faz parte do plano de integração, dizendo respeito à plena vontade soberana do Estado e assim relegando-se no plano de cooperação.

No século XXI e com o *crash* económico mundial de 2008, a União quebrou (crise do euro) e assistimos de imediato dificuldades económicas na Irlanda, na Grécia, em Portugal, em Espanha, na Itália e hoje na França. Não devemos esquecer as brutais taxas de desemprego destes mesmos países e no contínuo distanciamento entre o Norte e o Sul. Em ano de eleições para o Parlamento Europeu, o órgão mais democrático da União, a crise económica suscita novas preocupações para a Democracia com o ressurgimento, em grande escala a nível europeu, da extrema-direita, claramente contra o Projecto Europeu. Outra questão pertinente é a acção da União face a situação na Ucrânia, onde arrisca todo o processo que tem vindo a ser melhorado, apoiando um governo dubiamente eleito e num cenário de guerra claramente desfavorável para si. A Democracia deixou de importar para a União? E que moral terá a instituição de parar os partidos de extrema-direita já existentes e muitos com assento no seu próprio órgão mais democrático? E o que dizer em relação ao que Nigel Farage afirma em relação à quantidade de informação, provida em função de esclarecimento de decisões, que é

ignorada pelos demais eurodeputados parlamentares e por si próprio devido à imensidão de documentação. Ora o parlamento europeu decide com base em quê? Disposição?

O Projecto Europeu afasta-se assim dos nacionais dos Estados Membros. Organização essa que denota uma ambição que vai de encontro aos desejos dos mais fortes, "não carregando os mais fracos nas costas", mas hipocritamente, declarando que o faz. Por pouco a Grécia ia sendo deixada para trás e nada nos garante que isso não possa acontecer ou que os restantes países não estejam também em risco de deixar a organização se, os mesmos, já não forem dos interesses dessa alcateia.

4- Conclusão

Como vimos, o presente português, mais do que preocupante, é perigoso para a sobrevivência do país. Pois, a contínua incapacidade de planeamento das classes políticas, muitos sem uma experiência laboral criada, mas com muita política decorrida da sua participação nas diversas juventudes partidárias, têm conduzido o mesmo desde 1974 por entre as garras da desgraça e a arte do improvisado. Uma economia sem crescimento, uma sociedade asfixiada pela austeridade, cada vez mais migrante, desempregada e desesperada, formam um cocktail de conflito social, que um dia poderá tornar-se realidade, como a história do povo português assim nos mostra em contextos anteriormente parecidos. A perpétua procura de recursos, que tem pautado o Estado Português desde a sua criação, levou com que procura-se uma rápida adesão as Comunidades Europeias, algo que viria acontecer em 1986, mas que marcará para sempre a história da Democracia portuguesa.

Este efeito de *spill over*, criado por uma elite que viu a oportunidade de controlar o seu maior inimigo desmantelado após uma guerra aniquiladora, tem

conseguido evitar a guerra entre os seus diversos constituintes no espaço europeu, mas não consegue evitar o *gap* entre os mesmos, onde a cada um as suas necessidades e a cada um as suas forças, como nos dizem estes conceitos anárquicos. Neste momento o sul do 'velho continente' é sem dúvidas considerado a parte mais fraca desta suposta unidade de comuns. Por pouco a União deixava a Grécia para trás e ao mesmo tempo, a organização vai sugando os restantes *players* mais pequenos.

Da minha parte espero que o projecto europeu oiça na realidade as necessidades dos diversos cidadãos que vivem no espaço europeu e que principalmente, não seja reduzido a reuniões secretas e longe dos cidadãos. Que o discurso de igualdade caia. Nesta conjuntura, tanto na União como em Portugal, os ventos de mudança não tardarão a soprar, veleja quem construir a vela triangular mais rápido e que saiba como ela bolinar, para longe das rochas!

Referências Bibliográficas

Abreu, M., 2001. Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Económica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984-1998. *Boletim económico do Banco de Portugal*, Dezembro, pp. 17-38.

Baganha, M. I., 2001. A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. Em: Boaventura de Sousa Santos, ed. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 135-139.

Comissão Europeia, 2013. *Winston Churchill: o apelo à criação dos Estados Unidos da Europa*. [Online] Disponível em: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_pt.pdf [Acedido em 22 Novembro 2014].

da Cruz, M. B., 1992. Europeísmo, nacionalismo, regionalismo. *Análise Social*, Volume 27, pp. 827-853.

Diário de Notícias, 2013. *Portugal recebeu 9 milhões por dia em fundos comunitários*. [Online] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=3247131 [Acedido em 22 Novembro 2014].

Dinan, D., 1999. *Ever Closer Union: An Introduction to European Integration*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Walt, S., 2000. Alliances: balancing and bandwagoning. *International Politics: Enduring Concepts and Contemporary Issues*, pp. 96-103.